

# Deputados aprovam PEC da Anistia para crimes eleitorais que eles próprios cometeram

LEVY TELES  
AGÊNCIA ESTADO

**D**a oposição ao governo, partidos se uniram para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia que isenta legendas e políticos que cometeram crimes eleitorais de 2015 a 2022. O texto foi aprovado com 45 votos a favor e 10 contra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Agora segue para discussão em uma comissão especial.

A PEC permite ainda que empresas paguem dívidas dos partidos contraídas até agosto de 2015, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a doação de pessoas jurídicas. Punições passíveis de multa, como propaganda irregular ou abusiva em campanhas, assim como o descumprimento da cota de gênero e raça nos pleitos serão anulados caso a proposta seja sancionada e incorporada à Constituição.

A proposta avançou na Câmara mesmo com a forte pressão que parte de mais de 50 membros do próprio "conselho" de Lula e a mobilização de organizações da sociedade civil que atuam no campo do combate à corrupção, do direito eleitoral e da participação política de mulheres e negros, que envi-

aram mais de uma carta aos deputados. Na próxima fase, o mérito passará por avaliação de uma comissão especial antes da proposta ir a plenário. Caso a proposta vá a Senado e seja aprovada, será a quarta anistia autoconcedida pelos partidos em 30 anos.

Assinaram o requerimento da PEC tanto o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), como o da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ). Somados os valores de restituição ao erário por irregularidades na conta partidária entre 2015 e 2017, o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá que devolver pouco mais de R\$ 23 milhões. O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, terá que enviar R\$ 4,7 milhões. A Justiça Eleitoral tem o prazo de até cinco anos para julgar as contas das legendas.

Delegado Éder Mauro (PL-PA) defendeu a posição favorável do PL à PEC argumentando que ela vem para "corrigir os problemas" trazidos por uma outra PEC, incorporada à Constituição em 2022 por não ter tido um ano de antecedência para os partidos pudessem se adequar ao novo regulamento. O deputado, porém, não assinou a emenda aprovada pelo Congresso adiou a vigência da cota para mulheres e negros de 2020 para 2022. Parlamentares tiveram, anteriormente, dois anos para se adaptar.

O Novo e o PSOL foram os únicos partidos que se posicionaram contra. Após a votação, a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo pela suspensão da tramitação da PEC na Câmara.

"Já estamos perdendo a conta e já passamos de pedir música no Fantástico de tanta anistia que estamos pedindo para nós mesmos", disse Tarcísio Motta (PSOL-RJ), que chamou a PEC de uma "vergonha ao Legislativo brasileiro".

"Essa PEC é uma aberração, é constrangedora, e é o Congresso legislando em causa própria. Se faz lei para não cumprir, é melhor não fazer a lei. Mas ela existe. E a partir do momento em que ela existe, ela precisa ser cumprida", disse Adriana Ventura (SP), líder do Novo na Câmara. Kim Kataguiri (União-SP), foi uma das poucas dissidências do seu partido e votou contra a aprovação da PEC, "É a pior proposta sendo votada pelo Congresso Nacional nesta legislatura", afirmou.

Foram 10 os deputados que votaram contra: Alfredo Gaspar (União-AL), Deltan Dallagnol (Podemos-PR), Gerlen Diniz (PP-AC), Gilson Marques (Novo-SC), Kim Kataguiri (União-SP), Mendonça Filho (União-PE), Rosângela Moro (União-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP),



**DA OPOSIÇÃO** ao governo, partidos se uniram para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia

Tabata Amaral (PSB-SP) e Tarcísio Motta (PSOL-RJ).

A deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidente do PT, disse que há discordâncias do partido em relação ao conteúdo da PEC, mas disse que votará pela constitucionalidade da proposta, ainda que juristas afirmem que a medida é "inconstitucional".

Ao longo da fala, fez críticas à Justiça Eleitoral. "As multas e retenções da Justiça Eleitoral são abusivas e vem para inviabilizar os partidos políticos. Como temos multas abusivas, como essa de cotas, são inexequíveis. Por isso que temos reiteradas anistias desse parlamento.", disse. O PT votou pela

admissibilidade sob a condição de que haja emendas na avaliação do mérito.

Do PT, 12 parlamentares deram aval ao projeto e fizeram parte das 184 assinaturas do requerimento Gleisi ainda disse que o projeto traria apenas do ano de 2022. A emenda, por outro lado, não especifica o ano da eleição.

Acidente que vitimou Marília Mendonça foi causado por excesso de zelo

AGÊNCIA ESTADO

Divulgado nesta segunda-feira, 15, o relatório do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão ligado ao Comando da Aeronáutica, concluiu que não houve falha mecânica e que o piloto contribuiu para o acidente que matou a cantora Marília Mendonça. Na visão de George Sucupira, primeiro conselheiro da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, houve um "excesso de zelo" dos pilotos que levou ao incidente.

"Os pilotos, por excesso de zelo, esticaram a perna ao invés de fazer a curva onde normalmente faziam, esticaram um pouco mais para dar mais segurança ao voo, porque a reta final seria mais controlada e conseguiriam um pouso mais tranquilo", disse, em entrevista à Rádio Eldorado, na manhã de ontem.

"O que aconteceu foi que, na continuidade da perna-base, há uma torre e essa torre tem um cabo de para-raio em cima. Isso, no avião, você não consegue ver, porque o avião está a 200 km/h, você não enxerga um fio, e quando ele fez a curva, a asa bateu no cabo e perdeu motor ali", completou. "Se ele estivesse um metro acima, não teria acontecido nada."

## IBGE submete resultados preliminares do Censo 2022 à avaliação de demógrafos

DANIELA AMORIM  
AGÊNCIA ESTADO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou ter reunido em sua sede, no Rio de Janeiro, um grupo de demógrafos e estatísticos para uma oficina de apresentação e avaliação dos resultados populacionais preliminares do Censo Demográfico 2022. O encontro, promovido entre 10 e 12 de maio deste ano, tem como objetivo a elaboração de um relatório sobre os trabalhos do levantamento censitário, que permanece em campo até o fim deste mês.

"Este relatório terá a chancela do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que também acompanhou o evento. O documento está previsto para ser publicado nos próximos 30 dias", informou o IBGE, em comunicado divulgado ontem. A coleta do Censo foi iniciada em 1º de agosto de 2022, planejada para se estender inicialmente até o fim de outubro do ano passado. Após uma série de dificuldades para contratação, pagamento e manutenção de recenseadores atuando no trabalho de campo, o prazo foi prorrogado sucessivas vezes. A coleta tem como data de referência as condições em que vivia a população brasileira especificamente no dia 31 de julho de 2022.

O IBGE chegou a anunciar a conclusão oficial da coleta do Censo em fevereiro des-



**O IBGE** informou ter reunido um grupo de demógrafos e estatísticos para uma oficina de apresentação e avaliação dos resultados do Censo

te ano, mas os recenseadores permaneceram em campo tentando reduzir a proporção de não recenseados na população brasileira. No início de maio, o instituto anunciou nova prorrogação na etapa de apuração e coleta, que por ora se estenderá até o próximo dia 28. A divulgação dos primeiros resultados também foi adiada, tendo 28 de junho como nova data estipulada. Segundo o IBGE, o índice de não resposta está atualmente abaixo de 4,5% na média do País.

No seminário, os especialistas convidados pelo instituto assistiram a uma apresentação dos avanços tecnológicos, além de indicadores de cobertura e da qualidade da operação. Os profissionais também tiveram acesso aos números preliminares do Censo 2022, bem como à metodologia de cálculo utilizada pelo IBGE para imputação e preenchimento de dados faltantes em domicílios sem entrevista realizada. Segundo o órgão estatístico, "cientistas dos resultados populacionais preliminares e dos métodos utilizados nos cálculos do IBGE, os participantes da oficina formularam as primeiras análises, críticas e sugestões, que constarão de um parecer técnico a ser apresentado em meados de junho".

O IBGE listou entre os profissionais presentes à oficina Alicia Bercovich, Antonio José Ribeiro Dias, Bernadette Waldvogel, Bernardo Lanza Queiroz, Cassio Turra, Claudio Egler, Diana Sawyer, Eleonora Cruz Santos e Helena Cruz Castanheira.

## Alckmin condena invasões em reunião com ruralistas

Três dias depois de comparecer à Feira Nacional da Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Sem Terra (MST), em São Paulo, o vice-presidente Geraldo Alckmin almoçou ontem com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e condenou invasões de terra. Antes mesmo de ser questionado sobre o assunto, Alckmin se antecipou e disse que, se há invasão de propriedades públicas, não é necessário nem mesmo pedir reintegração de posse.

"Invadiu, desinvadiu. É simples assim. Cumpra-se a lei", afirmou o vice-presidente, que também é ministro da Indústria e do Comércio. "Invasão não pode ser tolerada por ninguém. Está na Constituição."

Ao retomar o discurso de tolerância zero a ocupações de terra, Alckmin destacou que suas posições eram as mesmas das do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes,

que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi secretário de Segurança Pública quando ele era governador de São Paulo.

"Se alguém invade uma propriedade, peço a reintegração de posse e cabe ao Estado imediatamente executar. (...) Então, total respeito à propriedade privada. Vou mais longe, hein? Se for propriedade pública, não precisa nem reintegração de posse", argumentou o vice, que se filiou ao PSB no ano passado, após três décadas no PSDB.

"O ministro Alexandre de Moraes, que era meu secretário de Segurança Pública, disse: 'Geraldo não há necessidade de pedir reintegração de posse'. Invadiu um prédio público, reintegra direto", acrescentou ele.

O convite para Alckmin expor suas ideias à bancada do agronegócio foi feito bem antes de sua visita à feira do MST, no sábado passado. (Agência Estado)

## Simone Tebet: Arcabouço será fundamental para reduzir juros

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o arcabouço fiscal é uma "bala de bronze" do governo e tem papel fundamental para a redução da taxa de juros, o que pode ocorrer já a partir do segundo semestre deste ano. Tebet participava de uma aula online da FGV-SP, mas não comentou especificamente o relatório divulgado pelo deputado Claudio Cajado (PP-BA) na noite de segunda-feira, 15. Ela estima que o Congresso pode aprovar a regra fiscal em um mês.

"O projeto prevê duas regras. Nós vamos controlar os gastos públicos, não gastar mais do que arrecadamos. Segundo, ele tem o objetivo de diminuir e estabilizar a dívida em relação ao PIB. Isso é fundamental para conse-

guirmos baixar a taxa de juros, o que acreditamos que vai acontecer a partir do segundo semestre", afirmou a ministra.

Ela ainda destacou que o governo tem uma "bala de prata", que é a aprovação da reforma tributária, mudança estrutural que, segundo a ministra, vai destravar a economia. Tebet também defendeu os processos participativos para o plano plurianual (PPA), que listará as prioridades para o orçamento público de 2024 a 2027.

O relatório do novo arcabouço fiscal, do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), não blinda o Bolsa Família das sanções (trava de gastos) caso a meta fiscal do governo não seja cumprida. (Agência Estado)

### TERRA NOVA ROBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA-FEIRA DE SANTANA VI-SPE LTDA.

CNPJ Nº 09.443.315/0002-69 - NIRE 29.204.562.923

#### REDUÇÃO DE CAPITAL

Data 04 de janeiro de 2023 Local Feira de Santana. A totalidade dos sócios da Terra Nova Robens Incorporadora Imobiliária - Feira de Santana VI - SPE Ltda, sede em Feira de Santana-BA, na Av. Artemia Pires Freitas, nº 10192, Loja 07, CEP 44085-370, DELIBERAM, reduzir o capital social, conforme artigo 1082, II do Código Civil de R\$ 5.931.226,00 para R\$ 5.809.226,00, representando uma redução de R\$ 122.000,00, que será devolvida até 31.01.2023, em moeda corrente nacional, à RNI Negócios Imobiliários S/A. Sócios: RNI Negócios Imobiliários S/A e Carlos Bianconi.



#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVENÇÃO ESTADUAL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL DA BAHIA DO PARTIDO PROGRESSISTAS - PP, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 9, 10, 27, 28 e 29, do seu Estatuto, convoca os senhores membros do Diretório Estadual, os Representantes do Partido no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa Estadual, Presidentes das Comissões Provisórias Municipais e o Líder do Partido na Assembleia Legislativa, para a CONVENÇÃO ESTADUAL, a realizar-se no dia 26 de maio de 2023, das 9h às 17h, na Av. Luis Viana Filho nº 6462, Cond. Manhattan Wall Street Empresarial, Auditório 1, 2 e 3, Av. Paralela, nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ORDEM DO DIA: 1) Eleição do Diretório Estadual; 2) Eleição dos Conselhos Fiscal, Consultivo, e de Ética; 3) Delegados à Convenção Nacional e seus respectivos Suplentes; 4) Assuntos gerais de interesse do Partido.

Salvador, 16 de maio de 2023.

Dep. Federal JOÃO LEÃO Presidente da Comissão Executiva Estadual - PPI/BA  
Jabes Ribeiro Secretário Geral - PPI/BA

### TRAMONTINA NORDESTE S.A. TRAMONTINA

CNPJ 15.205.628/0001-09

NIRE 29300014117

#### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de maio de 2023, às 17h00min (dezessete horas), na sede social da Companhia, sita na Rodovia BR 324, Km 17, s/nº, Centro Industrial de Aratú, Simões Filho, BA., para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2. Destinar o resultado desse exercício social; 3. Fixar os honorários da Diretoria, e do Conselho de Administração. Simões Filho, BA, em 15 de maio de 2023.  
Eduardo Scomazzon - Presidente do Conselho de Administração.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITORORÓ

CNPJ: 13.752.993/0001-08

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de Itororó-Bahia, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 001/2023, objetivando a contratação de empresa para aquisição de combustível, óleos lubrificantes, filtros e graxa para os veículos serviço da Prefeitura de Itororó. A entrega e abertura das propostas serão no dia 26 de janeiro de 2023, às 10:30h (dez horas e trinta minutos), na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Duque de Caxias, 165, Centro, Itororó-BA. O Edital estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 7:00 às 13:00 horas. Informações gerais através do site [www.itororo.ba.io.org.br](http://www.itororo.ba.io.org.br) ou pelo tel. (73) 3265-1910.

Itororó-Bahia, 12 de janeiro de 2023.

Pedro Sillas Soares Leal  
Pregoeiro

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIBA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2023

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de fogos de artifícios para as comemorações cívicas e culturais a serem realizadas por este Município, no exercício de 2023. Data: 29/05/2023. HORÁRIO: 09h00min. CRITÉRIO: Menor Preço. LOCAL: Sala de licitação na sede da Prefeitura Municipal, situado na Praça Kennedy, nº 01, Centro, Candiba - Bahia, CEP: 46.380-000. O Edital estará à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município de Candiba, endereço eletrônico: <http://www.candiba.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes>. Podendo ser solicitado via e-mail: [licitacao@candiba.ba.gov.br](mailto:licitacao@candiba.ba.gov.br) e/ou na sede da Prefeitura Municipal de Candiba/BA, das 08h00min às 12h00min. Candiba/Ba, 16/05/2023. Solange Souza Silva. Pregoeira Municipal.